

RASSEGNA

LEGALE

PUBLICAÇÃO DO COMITÊ JURÍDICO ITALCAM

ABR | MAI | JUN

2022



EDITORIAL

ENTREVISTA | ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

ARTIGOS DESTA EDIÇÃO

CONFORMIDADE DE PEQUENAS EMPRESAS À LGPD

ESG E OS CONTRATOS EMPRESARIAIS

NÃO TRIBUTAÇÃO DE LUCROS DO EXTERIOR

TELETRABALHO – MP Nº 1108/22

CARTEL NO SETOR DE RH

SEGURANÇA JURÍDICA À LOCAÇÃO COMERCIAL

ARBITRAGEM AVANÇA NO DIREITO ITALIANO

CONTRATOS IMOBILIÁRIOS: ARREPENDIMENTO



VICENTE BAGNOLI
Presidente do CoJur

EDITORIAL

Esta edição do **Rassegna Legale** deve ser comemorada. Em 2021 surgiu a ideia de inserir a publicação do CoJur na revista **Affari**. Via-se como um jogo de “ganha ganha”: Ganharia o CoJur, tendo o **Rassegna Legale** publicado como parte da revista e, consequentemente, tendo uma visibilidade e distribuição in-

ternacional e nos mais diversos canais, especialmente das empresas; ganharia o leitor da **Affari**, ao ter à disposição temas atuais e relevantes do Direito, numa linguagem objetiva e acessível (sem o “juridiquês”).

O projeto duraria quatro edições e, findo esse prazo, seria feita uma avaliação da repercussão e da viabilidade de seguir. O resultado superou as expectativas e, graças ao suporte do presidente Graziano Messina e aos nossos apoiadores, o **Rassegna Legale** segue parte integrante da revista! Aos apoiadores, mencionados na página seguinte, deixo o meu sincero agradecimento por acreditarem e apoiarem o **Rassegna Legale**.

Nesta edição temos o privilégio de ter como entrevistado o Dr. Alexandre Barreto, Superintendente-Geral do CADE. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é a autoridade brasileira de concorrência e a Superintendência-Geral do CADE é a responsável pela análise de atos de concentrações, como fusões e aquisições de empresas, celebração de acordos de leniência nos casos de cartel e instauração de processos para apurar infrações à ordem econômica. Pela atuação da SG, como é conhecida, na defesa dos mercados contra práticas anticoncorrenciais, o Dr. Alexandre Barreto atua como o “xerife da concorrência” e, nesta entrevista, conta sua experiência como presidente do CADE e suas expectativas agora no posto de superintendente, além de tratar de temas como atos de concentração, condutas anticoncorrenciais e economia digital.

O leitor também encontra nesta edição interessantes artigos elaborados por advogados membros do CoJur. Enfim, um farto e atual material jurídico, elaborado com a premissa de que o leitor não é, necessariamente, da área do Direito. Boa leitura!

Esta edição de Rassegna Legale é da celebrar. L'idea d'inserire la pubblicazione del CoJur nella rivista Affari è nata nel 2021, ed era considerata un 'win-win game': il CoJur avrebbe infatti visto la pubblicazione della Rassegna Legale come parte del magazine e, di conseguenza, avrebbe ottenuto visibilità internazionale e distribuzione attraverso canali più diversi, soprattutto nelle aziende. I lettori di Affari, da parte loro, avrebbero avuto accesso a temi legali attuali e rilevanti, in un linguaggio obiettivo, accessibile e lontano dal "legalese".

Il progetto avrebbe avuto una durata di quattro edizioni e, al termine di questo periodo, si sarebbe valutata la ripercussione e l'opportunità di proseguire. Il risultato ha superato le aspettative e, grazie al sostegno del Presidente Graziano Messina e dei nostri sostenitori, la Rassegna Legale è ora parte integrante della rivista! Ai sostenitori, citati nella pagina successiva, va il mio sincero ringraziamento per aver creduto e sostenuto Rassegna Legale. In questa edizione abbiamo il privilegio d'intervistare il Dr. Alexandre Barreto, Sovrintendente Generale di CADE (Consiglio Amministrativo per la Difesa Economica, l'autorità brasiliana per la concorrenza. La Sovrintendenza Generale è responsabile per l'analisi degli atti di concentrazione, come fusioni e acquisizioni di società, per l'esecuzione di accordi di clemenza nei casi di formazione di cartelli e per i procedimenti volti a indagare violazioni dell'ordine economico. In virtù dell'attività della SG, come è noto, in difesa dei mercati contro le pratiche anticoncorrenziali, il Dr. Alexandre Barreto opera come "sceriffo della concorrenza" e, in questa intervista, ci racconta della sua esperienza come presidente del CADE e delle sue aspettative, ora nella posizione di sovrintendente, oltre a trattare temi come fusioni, condotte anticoncorrenziali ed economia digitale. Il lettore troverà in questo numero anche interessanti articoli redatti da avvocati membri del CoJur. In breve, una gran quantità di materiale giuridico aggiornato, concepito a partire dalla premessa che il lettore non sia necessariamente un avvocato o un esperto. Buona lettura!

APOIO



Ariboni,
Fabbri &
Schmidt

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

KL
A

Chiarottino e Nicoletti

— ADVOGADOS —

SOUZA DANTAS

ADVOCACIA



CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

LEVY
PICCHETTO

advogados

TESS.
ADVOGADOS

Stüssi-Neves
Advogados

STU
DIO LORENZETTI MARQUES

ENTREVISTA

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

EXPERIÊNCIA E VISÃO MODERNA

Onovo superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto de Souza, aprovado para o mandato de dois anos, chega ao posto com a experiência de quem já foi presidente do órgão (2017 a 2021) e traz no currículo uma consistente atuação no serviço público. Funcionário concursado, entre outras funções, foi técnico de Finanças da Secretaria do Tesouro Nacional, analista da Receita Federal e auditor federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), além de atuar como assessor técnico de comissões parlamentares de inquérito no Senado Federal. Na entrevista a seguir, ele comenta os novos desafios:

O QUE O SR. TRAZ DA EXPERIÊNCIA E QUAIS OS NOVOS DESAFIOS, AGORA COMO SUPERINTENDENTE-GERAL DO CADE? A Lei antitruste brasileira tem um desenho bem interessante, pois prevê a existência de duas estruturas independentes funcionando dentro da autoridade antitruste: a Superintendência Geral e o Tribunal do Cade. O objetivo é garantir que não haja interferência entre as atividades de investigação e análise (a cargo da SG) e o julgamento realizado pelo Tribunal. Não há hierarquia entre as estruturas, mas elas devem funcionar de maneira harmônica e coordenada. Nos quatro anos em que estive à frente do Tribunal do Cade, pude perceber a crucial importância do diálogo constante para a construção das decisões. Diálogo esse que deve ocorrer tanto interna quanto externamente. Desde meus primeiros dias na nova função tenho procurado reestabelecer canais permanentes de debates com os Conselheiros do Tribunal, buscando o equilíbrio e respeitando a independência entre ambas as estruturas, mas buscando atuar de maneira coordenada e harmônica. Tenho a certeza de que esse também é o anseio dos membros do Tribunal. Num passa-



FOTO: DIVULGAÇÃO

do recente acredito que questões pessoais acabaram por interferir negativamente nessa dinâmica de construção coletiva, mas isso sejam águas passadas. Com a indicação de novos membros para o Tribunal do Cade e renovação da composição, questões pessoais não mais interferirão nas decisões do Conselho. Quanto à gestão da Superintendência – e gestão pública é uma área especialmente cara para mim – a bagagem profissional e acadêmica que acumulei ao longo dos anos sem dúvida contribuirá. Investiremos no aprimoramento dos fluxos de processos e da estrutura, para permitir a entrega de decisões com maior eficiência, mantendo o padrão de excelência técnica das análises.

UMA PREOCUPAÇÃO DAS EMPRESAS AO SUBMETER ATOS DE CONCENTRAÇÃO À ANÁLISE PRÉVIA CADE É O TEMPO DE ANÁLISE E EVENTUAIS TESTES DE MERCADO. COMO AVALIA A ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA-GERAL QUE, NA MAIORIA DAS VEZES, DECIDE AS OPERAÇÕES QUE SEQUER CHEGAM AO TRIBUNAL? O Cade deve dar a resposta no menor prazo possível, quando demandado, principalmente quando da análise de atos



ESPERIENZA E VISIONE MODERNA

Il nuovo sovrintendente generale del Consiglio Amministrativo di Difesa Economica (CADE), Alexandre Barreto de Souza, nominato per un mandato di due anni, giunge a ricoprire l'incarico con l'esperienza di chi è già stato presidente dell'organismo (dal 2017 al 2021), con un curriculum che rivela un'attività intensa nel servizio pubblico. Funzionario pubblico, tra le altre funzioni, è stato tecnico per le Finanze presso la Segreteria del Tesoro Nazionale, analista dell'Agenzia Federale delle Entrate e revisore del Controllo Esterno della Corte dei Conti Federale (TCU), oltre a ricoprire il ruolo di consulente tecnico delle commissioni parlamentari d'inchiesta del Senato Federale. Nell'intervista che segue, Barreto commenta le sue prossime sfide:

COSA LE INSEGNA LA SUA ESPERIENZA E QUALI SONO LE NUOVE SFIDE, ORA IN QUALITÀ DI SOVRINTENDENTE GENERALE DEL CADE?

La normativa antitrust brasiliana ha un'architettura molto interessante, in quanto prevede l'esistenza di due strutture indipendenti che operano all'interno dell'autorità antitrust: la Sovrintendenza Generale (SG) e il Tribunale del CADE. L'obiettivo è garantire che non vi siano interferenze tra le attività d'indagine e di analisi (in carico alla SG) e la sentenza emessa dal Tribunale. Non esiste una gerarchia tra le strutture, ma esse devono lavorare in modo armonizzato e coordinato. Nei quattro anni trascorsi alla guida del Tribunale del CADE ho potuto constatare l'importanza cruciale di un dialogo costante nell'esercizio delle funzioni deliberative. Questo dialogo deve avvenire sia internamente che esternamente. Fin dai primi giorni del mio nuovo incarico, ho tentato di ristabilire canali permanenti di discussione con i commissari del Tribunale, cercando l'equilibrio e rispettando l'indipendenza tra le due strutture, ma assicurando lavorassero in modo coordinato e armonico. Sono certo che questo è anche il desiderio dei membri del Tribunale. Nel recente passato, credo che alcune questioni personali abbiano finito per interferire negativamente in questa dinamica di costruzione collettiva, ma è acqua passata. Con la nomina dei nuovi membri del Tribunale del CADE e il rinnovo della sua composizione, le questioni personali non interferiranno più nelle decisioni del Consiglio. Quanto alla gestione della Soprintendenza

- e la gestione pubblica è un settore che mi sta particolarmente a cuore - senza dubbio il bagaglio professionale e accademico che ho accumulato negli anni sarà di aiuto. Investiremo nel miglioramento dei flussi dei processi e della struttura, per consentire di prendere decisioni con maggiore efficienza, mantenendo lo standard di eccellenza tecnica delle analisi.

UNA DELLE PREOCCUPAZIONI DELLE IMPRESE, QUANDO SOTTOPONGONO GLI ATTI DI CONCENTRAZIONE A UN'ANALISI PREVENTIVA, È IL TEMPO DI ANALISI E GLI EVENTUALI TEST DI MERCATO. COME VALUTA LA PERFORMANCE DELLA SOPRINTENDENZA GENERALE CHE, IL PIÙ DELLE VOLTE, DECIDE SU OPERAZIONI CHE NON ARRIVANO NEMMENO IN TRIBUNALE?

Il CADE deve rispondere nel più breve tempo possibile, quando è chiamato a farlo, soprattutto quando analizza i casi di fusioni. Ogni ulteriore giorno di analisi rappresenta un costo per le aziende. E ciò finisce per portare a un aumento dei costi di transazione, il che è un'assurdità, giacché essi finiscono per pregiudicare il consumatore. Sebbene il nostro tempo medio di revisione delle fusioni sia uno dei più brevi al mondo (31 giorni), negli ultimi anni è aumentato. Ma è cresciuto anche il numero di fusioni sottoposte al CADE, raggiungendo il record di circa 650 casi nel 2021 - un numero che si prevede aumenterà nel 2022 - senza alcun rinforzo della

ENTREVISTA

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

de concentração. Cada dia adicional de análise representa custo para as empresas. E isso acaba por levar a aumento de custos de transação, o que é um contrasenso, pois acaba sendo prejudicial ao consumidor. Embora o prazo médio de análise de atos de concentração seja um dos menores do mundo (31 dias), de fato, esse prazo aumentou nos últimos anos. Porém, o número de atos submetidos ao Cade também aumentou, atingindo um recorde de cerca de 650 casos em 2021 – número que deve aumentar em 2022 – e sem aumento da estrutura para dar conta desses casos. Mas sempre há espaço para aperfeiçoamentos. Teremos em mente que o prazo de análise deve ser o menor possível, mas sem prejuízo da qualidade das decisões. Trabalharemos para racionalizar os procedimentos e tornar nossa análise mais eficiente. Testes de mercado, por exemplo, devem ser realizados na medida em que a busca de informações seja necessária para a análise dos atos de concentração.

OS ACORDOS DE LENIÊNCIA SÃO EFICAZES INSTRUMENTOS DISSUASÓRIOS E REPRESSIVOS DA PRÁTICA DE CARTEL. ESSE INSTRUMENTO SEGUIRÁ COMO ALIADO PARA A DETECÇÃO DE CARTÉIS? Certamente. O Programa de Leniência do Cade é um sucesso e, na contramão de outras autoridades no mundo, no Brasil os acordos continuam sendo buscados por empresas e pessoas físicas envolvidas em cartéis, mantendo-se como importante fonte para detectar condutas eminentemente ocultas, de difícil detecção.

RECENTEMENTE, FOI INSTITUÍDA A UNIDADE ESPECIALIZADA EM INVESTIGAR CONDUTAS UNILATERAIS. O QUE ESPERAR DA SUPERINTENDÊNCIA-GERAL NA REPRESENTAÇÃO AOS ABUSOS DE POSIÇÃO DOMINANTE? A repressão a condutas unilaterais sempre foi uma das prioridades da SG, e temos diversos indicadores que demonstram isso. Aliás, em trabalho recente publicado pelo Economista-Chefe do Cade, Guilherme Resende, observa-se que o Cade

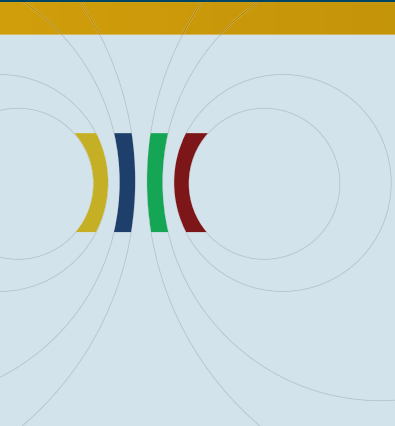
processa mais casos de condutas unilaterais do que a média de outras autoridades de países membros da OCDE. No entanto, observamos que o fato de as condutas unilaterais serem analisadas pelas mesmas equipes responsáveis pela análise de atos de concentração gerava um gargalo para o andamento desses casos, em função da demanda constante por instrução de ACs e da existência de prazo para sua análise. Dessa forma, a criação de uma Coordenação Geral voltada ao tratamento dos procedimentos relacionados a condutas unilaterais busca trazer maior especialidade para a matéria e, principalmente, maior celeridade para a análise dos casos. Posso citar outras iniciativas que também buscam aperfeiçoar nossa análise em condutas unilaterais. Iniciamos recentemente debates em um grupo de trabalho interno para sistematizar e consolidar nossa visão sobre integrações verticais, tanto do ponto de vista de condutas quanto de estruturas. É possível que tenhamos em breve um documento de trabalho acerca dessa matéria.

NA ERA DA ECONOMIA DIGITAL, AUTORIDADES DE OUTROS PAÍSES JÁ ESTÃO CRIANDO UNIDADES ESPECÍFICAS PARA ENFRENTAR ESSA REALIDADE. NO BRASIL O CADE JÁ CONTA COM O PROJETO CÉREBRO. COMO A SUPERINTENDÊNCIA-GERAL ATUARÁ EM CASOS DE CONDUTAS E ATOS DE CONCENTRAÇÕES EM ECONOMIA DIGITAL? O Projeto Cérebro é uma iniciativa muito bem-sucedida de aumento da capacidade de investigação ativa por parte da Superintendência-Geral do Cade. O projeto visa ao desenvolvimento de filtros para a detecção de cartéis em licitações públicas

– técnica conhecida como screening. No momento, o projeto se volta especialmente para as condutas colusivas em licitações, em função da existência de dados suficientes para o desenvolvimento dos referidos filtros. No que diz respeito especificamente às condutas e atos de concentração em mercados digitais, a Superintendência-Geral não está alheia às discussões e possíveis desafios existentes quando da análise antitruste nesses mercados. Diversos casos dessa natureza já estão sendo analisados pelo Cade.



O CADE DEVE DAR
RESPOSTA NO MENOR
PRAZO POSSÍVEL



struttura per gestire questi casi. Ma c'è sempre un margine di miglioramento. Cercheremo di ridurre il tempo di analisi, senza pregiudicare la qualità delle decisioni. Lavoreremo per snellire le procedure e rendere più efficiente la nostra analisi. I test di mercato, ad esempio, dovrebbero essere condotti nella misura in cui la ricerca d'informazioni si riveli necessaria per l'analisi degli atti di concentrazione.

GLI ACCORDI DI CLEMENZA SONO STRUMENTI EFFICACI PER DISSUADERE E REPRIMERE LA CONDOTTA DI CARTELLO. QUESTO STRUMENTO CONTINUERÀ A ESSERE UN ALLEATO NELL'INDIVIDUAZIONE DEI CARTELLI? Certamente. Il Programma di Clemenza della CADE è un successo e, contrariamente ad altre autorità nel mondo, in Brasile imprese e individui coinvolti in attività di cartello continuano a ricercare gli accordi, che rimangono una fonte importante per individuare condotte altamente segrete e difficili da rilevare.

RECENTEMENTE È STATA ISTITUITA UN'UNITÀ SPECIALIZZATA PER LE INDAGINI SULLE CONDOTTE UNILATERALI. COSA DOBBIAMO ASPETTARCI DALLA SOPRINTENDENZA GENERALE NELL'ATTIVITÀ DI CONTRASTO AGLI ABUSI DI POSIZIONE DOMINANTE? La repressione delle condotte unilaterali è sempre stata una delle priorità della SG, e abbiamo diversi indicatori che lo dimostrano. In un recente studio pubblicato dal capo economista del CADE, Guilherme Resende, è stato osservato che il CADE analizza più casi

di condotta unilaterale rispetto alla media delle altre analoghe autorità nei paesi membri dell'OCSE. Come abbiamo osservato, tuttavia, il fatto che le condotte unilaterali fossero analizzate dagli stessi team responsabili per l'analisi delle fusioni rallentava l'avanzamento di questi casi, a causa della costante richiesta di AC e dell'esistenza di scadenze per la loro analisi. Pertanto, la creazione di un Ufficio di Coordinamento Generale per la gestione delle condotte unilaterali mira ad apportare una maggiore specializzazione in materia e, soprattutto, una celerità nell'analisi dei casi. Posso citare altre iniziative che cercano di migliorare il nostro procedimento di analisi delle condotte unilaterali. Di recente abbiamo avviato un gruppo di lavoro interno per sistematizzare e consolidare il nostro punto di vista sulle integrazioni verticali, sia dal punto di vista delle condotte che delle strutture. Presto disporremo di un documento di lavoro su questo tema.

NELL'ERA DELL'ECONOMIA DIGITALE, LE AUTORITÀ DI ALTRI PAESI STANNO GIÀ CREANDO UNITÀ SPECIFICHE PER AFFRONTARE QUESTA NUOVA REALTÀ. IN BRASILE, IL CADE HA GIÀ IL 'PROGETTO CÉREBRO' ('PROGETTO CERVELLO'). IN CHE MODO AGIRÀ LA SOVRINTENDENZA GENERALE NEI CASI DI CONDOTTE E FUSIONI NELL'ECONOMIA DIGITALE? Il Progetto Cérebro – un'iniziativa di grande successo per aumentare la capacità investigativa attiva della Sovrintendenza Generale del CADE – mira a sviluppare filtri per facilitare l'individuazione di cartelli nelle gare d'appalto pubbliche - una pratica nota come screening. Al momento, ci stiamo concentrando sulle condotte collusive nelle gare d'appalto pubbliche, data l'esistenza di dati sufficienti per lo sviluppo di tali filtri. Per quanto riguarda in particolare la condotta e le fusioni nei mercati digitali, la Sovrintendenza Generale non ignora il dibattito e le possibili sfide che si presentano quando si conduce un'analisi antitrust in questi mercati. Diversi casi di questa natura sono già in fase di analisi da parte del CADE.



**CADE DEVE RISPONDERE
IL PRIMA POSSIBILE**



CONFORMIDADE DE PEQUENAS EMPRESAS À LGPD



RICARDO AYRES DRAGONETTI
rdragonetti@ferraznet.com.br

Como a resolução nº 02 da autoridade nacional de proteção de dados trouxe maior segurança à questão

A Resolução nº 02, de 27.01.2022, promulgada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, trouxe mais clareza à aplicabilidade da Lei nº 13.709/2018 - LGPD às pequenas empresas, ao estabelecer o conceito de agentes de tratamento de dados de pequeno porte e delinear, em favor desses, importantes flexibilizações legais. Trata-se de assunto da maior importância, pois diz respeito à grande maioria das empresas em operação no Brasil.

São agentes de tratamento de pequeno porte e, portanto, elegíveis às flexibilizações, pessoas jurídicas em geral, inclusive sem fins lucrativos, pessoas naturais e entes privados despersonalizados. Quanto às pessoas jurídicas, referidas flexibilizações não são aplicáveis quando: a) sua receita bruta anual exceder R\$ 4.8 MM (ou R\$ 16 MM no caso das startups); b) pertencer a grupo econômico com receita superior à descrita no item "a"; ou c) o tratamento for de alto risco ou em larga escala, nos termos da Resolução.

Dentre as flexibilizações, podemos destacar: a) prazo em dobro para atender às solicitações dos titulares e para comunicar incidentes; b) simplificação do registro dos tratamentos realizados; e c) não obrigatoriedade de nomear DPO (bastando disponibilizar canal de comunicação). Referidas flexibilizações são muito relevantes, simplificando algumas das maiores complexidades da LGPD e barateando o custo de sua implementação.

CONFORMITÀ AL LGPD PER PICCOLE AZIENDE

Come la risoluzione nº 02 dell'autorità nazionale di protezione di dati ha portato maggior sicurezza alla questione

La Risoluzione nº 02, del 27.01.2022, promulgata dall' Autorità Nazionale di Protezione dei Dati - ANPD, ha portato più chiarezza all'applicabilità della Legge nº 13.709/2018 - LGPD alle piccole aziende, allo stabilire il concetto di agenti di trattamenti di dati di piccole dimensioni e delinearle, a favore di essi, importanti flessibilizzazioni legali. Si tratta di un argomento di maggior importanza, poiché di riferisce alla gran maggioranza delle aziende che operano in Brasile.

Sono agenti di trattamento di piccole dimensioni e, pertanto, eleggibili alla flessibilizzazione, persone giuridiche in generale, comprese quelle non lucrative, persone fisiche ed enti privati spersonalizzati. Nel caso delle persone giuridiche, le flessibilizzazioni menzionate non sono applicabili quando: a) i ricavi lordi superano R\$ 4.8 MM (o R\$ 16 MM per startup); b) appartengono a gruppo economico con ricavo superiore a quello descritto nel punto "a"; o c) il trattamento è ad alto rischio o in larga scala, ai sensi della Risoluzione.

Tra le flessibilizzazioni, possiamo evidenziare: a) il doppio del termine di tempo per concludere le richieste dei titolari e per comunicare incidenti; e b) la semplificazione della registrazione del trattamento realizzato; e c) la non obbligatorietà di nominare DPO (bastando fornire un canale di comunicazione). Tali flessibilizzazioni sono molto rilevanti poiché, semplificando alcune delle maggiori complessità della legge e riducono i costi della sua attuazione.

ESG E OS CONTRATOS EMPRESARIAIS



DANIELA FAVARETTO
dfavaretto@chiarottino.com.br

A importância da gestão dos contratos empresariais como forma de assegurar o ESG nas relações contratuais

Um dos temas mais discutidos, sob o aspecto da governança corporativa, é a implementação de ESG nas empresas em busca de melhores práticas nas esferas ambiental, social e governamental. O termo é oriundo do inglês e significa Environmental, Social and Governance e, no dia a dia, é sinônimo de transparência e de responsabilidade socioambiental.

Mas qual a relação do ESG com os contratos empresariais? Uma vez que a empresa busca se adequar às novas práticas de mercado, é fundamental que toda a estrutura contratual também seja revista de modo a identificar os riscos e os impactos e, se for o caso, readequar cada minuta firmada.

Assim, podemos citar o exemplo da inserção das seguintes cláusulas, sob o aspecto da implementação do ESG: (i) garantia de que os fornecedores e subcontratados estejam em compliance com as normas; (ii) medidas que reduzam os impactos ambientais; (iii) utilização de materiais recicláveis; (iv) adoção de práticas que tratem os trabalhadores com dignidade e respeito; (v) adoção de medidas, como saúde laboral, em benefício dos colaboradores; (vi) medidas em prol do consumidor, como canal de comunicação e de denúncia; e (vii) garantia de que os dados e informações sensíveis dos envolvidos sejam preservados.

Desse modo, o ESG, assim como o compliance, não é mais uma escolha das empresas, vez que estão a todo tempo sendo observadas por terceiros, investidores e consumidores, sendo esse o caminho a fim de manter a competitividade e a reputação corporativa da empresa.

L'ESG E I CONTRATTI AZIENDALI

L'importanza di gestire i contratti aziendali in modo da garantire la conformità ESG nei rapporti contrattuali

pratiche in ambito ambientale, sociale e governativo. L'acronimo ESG deriva dall'inglese Environmental, Social and Governance e significa Ambientale, Sociale e Governanza e, nel quotidiano, è sinonimo di trasparenza e responsabilità socio-ambientale.

Ma come si relaziona la Strategia ESG ai contratti aziendali? Dal momento che l'azienda cerca di adattarsi alle nuove pratiche di mercato, è essenziale che anche l'intera struttura contrattuale sia rivista al fine di identificare sia i rischi che gli impatti e, se del caso, adeguare ogni bozza di contratto firmata.

Possiamo quindi citare l'esempio dell'inserimento delle seguenti clausole, sotto l'aspetto dell'attuazione della Strategia ESG: (i) garantire che i fornitori e subappaltatori siano conformi alle norme; (ii) misure volte alla riduzione degli impatti ambientali; (iii) l'utilizzo di materiali riciclabili; (iv) l'adozione di pratiche volte a favorire il trattamento dignitoso e rispettoso dei lavoratori; (v) l'adozione di misure, quali la salute sul lavoro, a beneficio dei dipendenti; (vi) misure a favore del consumatore, quali canale di comunicazione e di denuncia; e (vii) garantire la conservazione adeguata dei dati riservati e delle informazioni sensibili delle parti coinvolte.

In questo modo, l'adozione di una Strategia ESG, così come la compliance, non è più una scelta delle aziende, poiché sono sempre osservate da terze parti, investitori e consumatori, e questo è il percorso da seguire per preservare la competitività e la reputazione dell'azienda.

ARTIGO

NÃO TRIBUTAÇÃO DE LUCROS DO EXTERIOR



ROBERTA SILVEIRA
rsilveira@ferraznet.com.br

Não tributação de lucros oriundos de controlada estabelecida em País com Tratados com o Brasil

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, por meio de sua Câmara Superior e com aplicação de desempate a favor do contribuinte, aplicou entendimento de que controlada de uma empresa brasileira, localizada em país signatário dos Tratados de Bitributação com o Brasil, não deve ter seus lucros do exterior tributados no país.

A divergência se norteia em face de convicção da fiscalização brasileira, fundamentada na legislação doméstica, a respeito da tributação de lucros auferidos no exterior.

Isto é, a autoridade fiscal exige que haja o recolhimento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre o valor dos lucros auferidos pelas empresas controladas estabelecidas no exterior.

O entendimento proferido é de que o art. 7º dos Tratados de Bitributação com o Brasil que foram analisados (Espanha e Luxemburgo) obstam o direito à tributação dos lucros no Brasil, de modo que os lucros das empresas controladas são devidos apenas em seus respectivos domicílios fiscais.

Esse julgamento, mesmo com a aplicação de critério de desempate a favor do contribuinte, traz indicativo positivo às pretensões de empresas brasileiras, que possuem controladas no exterior, de não incluírem os lucros por elas obtidos no exterior nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, desde que sejam sediadas em países que tenham acordos para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal com o Brasil.

NON IMPOSIZIONE SUGLI UTILI PRODOTTI ALL'ESTERO

Non imposizione sugli utili oriundi dalla controllata stabilita in Paese con Trattati col Brasile

Il Consiglio Amministrativo di Risorse Fiscali – CARF, tramite la sua Camera Superiore e con l'aumento dello spareggio a favore del contribuente, basandosi sul fatto che la controllata di un'azienda brasiliana, ubicata in un paese firmatario della Convenzione per evitare la doppia imposizione con il Brasile, non dovendo esserci in Brasile l'imposizione sugli utili prodotti all'estero.

La divergenza è guidata dalla convinzione della fiscalizzazione brasiliana, fondata sulla legislazione domestica, sull'imposizione sugli utili prodotti all'estero.

Ossia, l'autorità fiscale esige che venga pagata l'imposta sui Redditi di Persona Giuridica (“IRPJ”) e sul Contributo Sociale sugli Utili Netti (“CSLL”) sulla somma degli utili prodotti dalle ditte controllate stabilite all'estero.

La tesi difesa è che l'art. 7º dei Trattati sulla Doppia Imposizione con il Brasile che sono stati analizzati (Spagna e Lussemburgo) vietano il diritto doppia Imposizione sugli Utili in Brasile, affinché gli utili delle aziende controllate siano dovuti soltanto nei rispettivi domicili fiscali.

Questo giudizio, anche con l'applicazione del criterio di spareggio a favore del contribuente, porta un indicativo positivo alle pretese delle aziende brasiliane, che hanno controllate all'estero, di non includere gli utili prodotti all'estero nelle basi di calcolo dell' IRPJ e da CSLL, purché abbiano le sedi in paesi che abbiano firmato l'accordo per evitare le doppie imposizioni e prevenire l'evasione fiscale con il Brasile.



PATRÍCIA SALVIANO TEIXEIRA
 patricia.salviano@stussinevessp.com.br

TELETRABALHO – MP Nº 1108/22

Subtítulo: Mudança de Critério do art. 62, III, CLT

Durante a pandemia da COVID-19, as empresas adotaram o trabalho a distância, mantendo parte de seus empregados em “home office”, criando certa confusão entre essa forma de trabalho e o teletrabalho previsto na Lei 13467/17.

A CLT alocava o teletrabalho nas exceções ao controle de jornada e, portanto, não sendo sujeito às regras contidas no capítulo de duração de jornada que preveem o pagamento de horas, entre outras verbas.

Com intuito de trazer clareza quanto à aplicação do instituto do teletrabalho, o governo editou a MP 1108/22, alterando o texto do art. 62, III, da CLT, para definir que estão isentos de controle de jornada os “empregados em regime de teletrabalho que prestam serviços por produção ou tarefa.”

Contudo, a MP levanta discussão ao associar modalidade de remuneração à de controle de jornada. Isso porque, o fato de contratar por produção ou tarefa, não isenta, de per si, o empregador da aplicação das regras acerca de duração do trabalho.

A interpretação do novo art. 62, III da CLT, poderá atrair disputa judicial em torno da percepção, em especial, de horas extras e reflexos naquelas atividades realizadas por produção ou tarefas, mas que tenham a possibilidade de controle de jornada, mesmo que de forma indireta.

TELELAVORO – MISURA PROVVISORIA N. 1108/2022

Sottotitolo: Modifica di Criterio dell'art. 62, III, CLT – Testo unico sul Lavoro Subordinato

Durante la pandemia di COVID-19, le aziende hanno adottato il sistema di lavoro a distanza, mantenendo parte dei propri dipendenti nel sistema “smart working”, creando una certa confusione tra questa forma di lavoro e il telelavoro previsto dalla legge 13467/17.

Il CLT destinava il telelavoro nelle eccezioni al controllo dell'orario di lavoro e, quindi, non era soggetto alle regole contenute nel capitolo della durata della giornata lavorativa, che prevedono il pagamento degli straordinari, tra le altre voci.

Al fine di chiarire l'applicazione dell'istituzione del telelavoro, il Governo ha modificato la MP 1108/2022, cambiando il testo dell'art. 62, III del CLT, per definire che sono esonerati dal controllo dell'orario di lavoro i “dipendenti nella modalità di telelavoro che prestano servizi per produzione o incarico.”

Tuttavia, la MP solleva una discussione all'associare la modalità di retribuzione a quella di controllo dell'orario di lavoro. Questo perché il fatto di assumere per produzione o incarico, non esonera, di per sé, il datore di lavoro dall'adempimento delle norme sulla durata del lavoro.

L'interpretazione del nuovo art. 62, III del CLT, potrà suscitare contenziosi intorno alla percezione, in particolare, delle ore degli straordinari e dei riflessi nelle attività svolte per produzione o incarico, ma che hanno la possibilità di controllo dell'orario di lavoro, anche se indirettamente.

ARTIGO

CARTEL NO SETOR DE RH

CADE investiga setor de recursos humanos e deixa as empresas brasileiras em alerta

Em 2021, o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, iniciou um processo inédito no Brasil, ainda em trâmite, com a acusação de uma suposta prática de cartel no setor de recursos humanos (RH) de empresas do ramo da saúde.

De acordo com a acusação, haveria supostamente a troca de informações concorrencialmente sensíveis relacionadas ao RH entre as empresas, tais como salários e benefícios praticados a cada empregado. Trata-se da primeira vez em que o CADE analisa o mercado de trabalho em vez do mercado de bens ou serviços.

Este tema não é inédito em outros países e influenciou a abertura do processo no Brasil para investigar o suposto cartel em mercado de trabalho. Nos Estados Unidos o DoJ – “Department of Justice” e o FTC – “Federal Trade Commission” publicaram o “Guia Antitruste para Profissionais de Recursos Humanos”, cujo objetivo foi o de investigar eventuais infrações anticoncorrenciais no setor de RH das empresas, notadamente pelas práticas de “no poaching” (acordos de não contratação mútua) e “wage fixing” (acordos de fixação de salários e benefícios).

Em abril deste ano, a autoridade concorrencial portuguesa condenou em 11,3 milhões de euros 31 sociedades esportivas de futebol em relação a práticas de RH, por acordos que impediam a contratação de profissionais entre as partes envolvidas, com o intuito de manter os jogadores vinculados às respectivas sociedades desportivas, o que limitava a extinção dos contratos e contratação por outros times de Portugal.

Esses processos ressaltam a importância de que as empresas estejam atentas ao acompanhamento e desenrolar do tema. As multas no Brasil aplicadas pelo CADE podem chegar a até 20% do faturamento bruto das empresas, sem prejuízo de responsabilidade de seus sócios, administradores e funcionários.



DOUGLAS TELPIS FERRANTE
ferrante@vicentebagnoli.com.br



ALEXANDRE AUGUSTO REIS BASTOS
bastos@vicentebagnoli.com.br

CARTELLO NEL SETTORE DELLE RISORSE UMANE

CADE indaga sul settore delle risorse umane e mette in allerta le aziende brasiliane.

Nel 2021 il CADE – l'autorità garante della concorrenza brasiliana, ha iniziato un processo amministrativo senza precedenti, tuttora in corso, con l'accusa di una presunta pratica di cartello nel settore delle risorse umane (RU) di aziende del settore sanitario.

Secondo l'accusa, ci sarebbe lo scambio di informazioni sensibili sotto il profilo della concorrenza relative alle risorse umane tra le aziende, come stipendi e benefici pagati a ciascun dipendente. Questa è la prima volta che CADE analizza il mercato del lavoro piuttosto che il mercato di beni o servizi.

Questo problema non è inaudito in altri paesi e ha influenzato l'apertura del processo in Brasile per indagare sul presunto cartello nel mercato del lavoro. Negli Stati Uniti, il DoJ – “Department of Justice” e la FTC – “Federal Trade Commission” hanno pubblicato la “Antitrust Guide for Human Resources Professionals”, il cui obiettivo era indagare su possibili violazioni della concorrenza nel settore delle risorse umane delle aziende, in particolare da parte delle pratiche di “no poaching” (accordi mutuo di non contrattare) e di “wage fixing” (accordi di fissazione di salari e benefici)

Ad aprile di quest'anno, l'autorità garante della concorrenza portoghese ha condannato 31 società sportive calcistiche a 11,3 milioni di euro in relazione a pratiche RU, per accordi che impedivano l'assunzione di professionisti tra le parti coinvolte, al fine di mantenere i calciatori legati alle rispettive società, che limitavano la risoluzione dei contratti e l'assunzione da parte di altre squadre di Portogallo.

Questi processi sottolineano l'importanza che le aziende siano attente al seguito e allo sviluppo del tema. Le sanzioni in Brasile assegnate da CADE possono arrivare fino al 20% dei ricavi lordi delle società, senza pregiudizio della responsabilità dei loro partner, amministratori e dipendenti.

ARTIGO

SEGURANÇA JURÍDICA À LOCAÇÃO COMERCIAL

Julgamento garante a possibilidade de penhora de único imóvel residencial de fiador

No Brasil, os contratos de locação podem ser garantidos por fiança, dentre outras. Por se tratar da espécie de garantia menos onerosa, a fiança tende a ser a mais contratada entre as partes, especialmente quando o locatário é um pequeno empresário.

Porém, uma peculiaridade da fiança na locação é que tal garantia, por exceção legal, é inoponível à impenhorabilidade do único imóvel residencial do garantidor (art. 3º, VII, Lei 8.009/90).

Em novembro de 2014, o Superior Tribunal Federal discutiu a norma acima à luz do direito fundamental à moradia e definiu que ela não ofendia a Constituição.

Entretanto, em junho de 2018, a Primeira Turma de aludida Corte considerou que o entendimento acima se aplicaria apenas às locações residenciais, instaurando um dissenso jurisprudencial sobre o assunto.

Tendo isto em vista, o Superior Tribunal Federal decidiu submeter a matéria ao rito de repercussão geral, despertando grande interesse por parte de associações de locadores comerciais.

Recentemente, por maioria de votos, o Plenário julgou o tema para fixar a tese de que “É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial”.

Com esse resultado, locadores comerciais não precisam se preocupar com a revisão de garantias contratadas anteriormente ou refutar em futuras relações a fiança de proprietário de um único imóvel residencial.



IGOR CARVALHO
carvalho@slmlaw.com.br

SICUREZZA GIURIDICA ALL'AFFITTO COMMERCIALE

Giudizio garantisce la possibilità di pignoramento dell'unico immobile residenziale del fideiussore

In Brasile, i contratti di locazione possono essere garantiti, tra l'altro, da una fideiussione. Trattandosi del tipo di garanzia meno oneroso, la fideiussione tende ad essere la più contrattata tra le parti, soprattutto quando il locatario è un piccolo imprenditore.

Tuttavia, una particolarità della fideiussione nella locazione è che inoppugnabile la impignorabilità dell'unico immobile residenziale del fideiussore per eccezione legale (art. 3, VII, Legge 8.009/90).

Nel Novembre 2014, la Corte Suprema ha discusso la norma sopra alla luce del diritto fondamentale all'abitazione e ha stabilito che non violava la Costituzione.

Però, nel Giugno 2018, il Primo Collegio della predetta Corte ha ritenuto che quell'interpretazione sarebbe applicabile solo agli affitti residenziali, formando un dissenso giurisprudenziale sulla materia.

In questo senso, la Corte Suprema ha deciso di sottoporre la materia al rito di ripercussione generale, suscitando grande interesse da parte delle associazioni di locatori commerciali.

Recentemente, a maggioranze di voti, la plenaria ha giudicato la questione per consolidare la tesi che “É costituzionale il pignoramento di beni familiari appartenenti a fideiussori di contratti di locazione, sia residenziale che commerciale”.

Con questo risultato, i locatori commerciali non devono preoccuparsi di rivedere le garanzie precedentemente contrattate o di rifiutare nei rapporti futuri quelle garanzie offerte da un fideiussore titolare di un unico immobile residenziale

ARBITRAGEM AVANÇA NO DIREITO ITALIANO

Reforma legislativa aproxima a Itália das tendências internacionais da arbitragem

Arbitragem é a forma preferida de resolução de disputas no comércio internacional. Eventuais conflitos são resolvidos por árbitros independentes e, graças a um tratado internacional, sua decisão vale em 170 países.

Em boa hora chegou a reforma do Código de Processo Civil Italiano ("CPC"), a partir da Lei n. 206/2021, em vigor desde maio de 2022. Foram previstas importantes mudanças na regulamentação da arbitragem no sistema italiano, favorecendo sua utilização nas relações empresariais internacionais.

Com destaque está a atribuição aos árbitros dos poderes cautelares, até então exclusivos aos juízes, como indicava o art. 818 do CPC2. Nesta alteração, caso as partes autorizem expressamente, os árbitros poderão determinar medidas de urgência (e.g. constrição de bens) diretamente, tornando o procedimento mais eficaz e célere. A opção do legislador pôs fim a uma das sensíveis incompatibilidades entre o sistema italiano e os principais regulamentos de arbitragem internacional.

Outra relevante inclusão foi a obrigação de revelação dos árbitros de quaisquer situações que possam afetar sua independência e imparcialidade, tanto no ato de sua nomeação, quanto em todo o procedimento, alinhando a arbitragem italiana às melhores práticas internacionais e assegurando a neutralidade dos julgadores.

A nova lei é um positivo sinal do alinhamento da Itália com os modernos regulamentos de arbitragem no mundo que, além de respeitados, são o principal método de resolução de disputas envolvendo partes internacionais.



LUÍS ALBERTO
SALTON PERETTI

luis.peretti@soutocorrea.com.br



ISABELLA CAIRO

isabella.cairo@soutocorrea.com.br

L'ARBITRATO AVANZA NEL DIRITTO ITALIANO

Legge delega avvicina Italia delle tendenze internazionali dell'arbitrato

L'arbitrato è il metodo preferito di risoluzione delle controversie nel commercio internazionale. Eventuali conflitti vengono solucionati da arbitri indipendenti e, grazie a una convenzione internazionale, il loro lodo è riconosciuto in 170 paesi.

Opportunamente è arrivata la riforma del Codice di Procedura Civile Italiano ("c.p.c."), tramite la Legge n. 206/2021, in vigore dal maggio 2022. Sono state previsti importanti modifiche sull'arbitrato nell'ordinamento italiano, favorendo il suo utilizzo nei rapporti commerciali internazionali.

Merita particolare attenzione l'attribuzione agli arbitri del potere di emanare misure cautelari, finora esclusivo ai giudici, cfr. art. 818 c.p.c. In tale modifica, nell'ipotesi di espressa volontà delle parti, gli arbitri potranno pronunciare provvedimenti d'urgenza direttamente (e.g. sequestri di beni), ciò renderà il procedimento più efficiente e rapido.

La scelta del legislatore há posto fine a una delle delicate incompatibilità tra il sistema italiano e i principali regolamenti arbitrali nell'ambito internazionale.

Un'altro notevole inserimento è stato l'obbligo degli arbitri di dichiarare ogni circostanza capace di infrangere la loro imparzialità e indipendenza, sia nel momento dell'accettazione dell'incarico che nell'intero svolgimento del procedimento. Ciò adegua l'arbitrato italiano alle best practices internazionali, assicurando la neutralità degli arbitri.

La nuova legge è un segno positivo dell'allineamento dell'Italia alle moderne norme sull'arbitrato nel mondo che, oltre ad essere rispettate, rappresentano il principale mezzo di risoluzione delle controversie tra parti internazionali.

ARTIGO

CONTRATOS IMOBILIÁRIOS – CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO



REMO BATTAGLIA

remo@bpadvogados.com.br

Nos contratos imobiliários, seja de permuta para construção de empreendimentos ou nos compromissos de compra e venda de bem imóvel, uma questão de grande importância é a decisão, na fase negocial, quanto à estipulação da cláusula de arrependimento. O objetivo desta cláusula é permitir a desistência do contrato após sua celebração, sem multa ou, se houver, limitada ao valor do sinal pago.

A adoção da cláusula de arrependimento deve sempre levar em consideração que o vínculo contratual não terá a mesma força para proteger os interesses das partes, afinal, respeitado o prazo estabelecido, poderá haver a desistência do negócio, de modo que a coercibilidade resta enfraquecida ou, em outras palavras, os contratantes não ficam “amarrados” ao negócio.

Nesse sentido, se o objetivo for gerar vínculo que obrigue as partes ao objetivo principal do contrato de compra e venda, se deve optar pela não convenção da cláusula de arrependimento, pois neste formato, admite-se a execução específica para obrigar a contraparte a cumprir o dever de comprar ou vender, nos termos previamente estabelecidos, ou o direito de pleitear indenização por perdas e danos.

Neste tema, não se pode esquecer o instituto jurídico das arras (pagamento de sinal), previsto no art. 417 a 420 do Código Civil, o qual representa uma indenização contra aquele que desiste do negócio. Pode ser convencionado como valor mínimo de indenização ou, no exercício do arrependimento, como o valor máximo de indenização.

CONTRATTI IMMOBILIARI - CLAUSOLA DI RECESSO

Nei contratti immobiliari, che si tratti di contratti di permuta per la costruzione di complessi immobiliari o di impegni per l'acquisto e la vendita di proprietà immobiliari, una questione di grande importanza è la decisione, durante la fase di negoziazione, di stipulare o meno una clausola di recesso. Lo scopo di questa clausola è quello di consentire la cancellazione del contratto dopo la firma dello stesso, senza alcuna multa o, se presente, limitatamente all'importo dell'acconto versato.

L'adozione della clausola di recesso deve sempre tenere conto del fatto che il vincolo contrattuale non avrà la stessa forza di tutela degli interessi delle parti, in quanto, una volta rispettato il termine stabilito, l'accordo può essere annullato, per cui la coercibilità si indebolisce o, in altre parole, le parti contraenti non sono “vincolate” all'accordo.

In questo senso, se lo scopo è quello di creare un vincolo che legghi le parti allo scopo principale del contratto di compravendita, si dovrebbe optare per non concordare una clausola di recesso, poiché in questo formato è ammissibile l'esecuzione specifica per costringere la controparte a rispettare l'obbligo di acquisto o di vendita, secondo i termini precedentemente stabiliti, o il diritto di richiedere un indennizzo per perdite e danni.

A questo proposito, non si può dimenticare l'istituto giuridico dell'“arras” (acconto), previsto dagli articoli da 417 a 420 del Codice Civile, che rappresenta un'indennità nei confronti della parte che recede dall'affare. Può essere concordato come indennizzo minimo o, nell'esercizio dell'annullamento, come indennizzo massimo.